

Sumário

NOTA DO AUTOR AO V. 3, 6ª EDIÇÃO	9
OUTRAS OBRAS DO AUTOR PUBLICADAS PELA THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS	11

PARTE I CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO



Acesse a
versão
completa e
colorida do
Visual Law

1.	INTRODUÇÃO AOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	33
1.1.	Considerações iniciais	33
1.2.	A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido	35
1.3.	A hipervalorização do patrimônio na legislação penal brasileira	36
1.4.	Outras dificuldades da matéria	36
2.	FURTO (ART. 155)	41
2.1.	Considerações iniciais	42
2.2.	Objetividade jurídica	44
2.3.	Sujeitos do delito	44
2.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	44
2.5.	Consumação e tentativa	48
2.6.	Furto famélico.....	49
2.7.	Furto privilegiado e princípio da insignificância.....	49
2.8.	Furto noturno.....	51
2.9.	Furto qualificado.....	52
2.9.1.	Qualificadoras relativas aos meios de execução	52
2.9.1.1.	Destruição ou rompimento de obstáculo.....	52
2.9.1.2.	Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza	53
2.9.1.3.	Emprego de chave falsa.....	53
2.9.1.4.	Concurso de pessoas	53
2.9.1.5.	Emprego de explosivo.....	54
2.9.1.6.	Furto por meio de dispositivo eletrônico ou informático e suas majorantes	54

2.9.2.	Qualificadora relativa a resultado posterior mais grave: furto de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país	57
2.9.3.	Qualificadoras relativas a específicos objetos materiais	57
2.9.3.1.	Furto de semovente domesticável de produção...	57
2.9.3.2.	Furto de substâncias explosivas	58
2.10.	Pena e ação penal.....	58
3.	FURTO DE COISA COMUM (ART. 156)	63
3.1.	Considerações iniciais	63
3.2.	Objetividade jurídica	63
3.3.	Sujeitos do delito	64
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	64
3.5.	Consumação e tentativa	65
3.6.	Exclusão de crime.....	65
3.7.	Pena e ação penal.....	66
4.	ROUBO (ART. 157)	69
4.1.	Considerações iniciais	70
4.2.	Objetividade jurídica	71
4.3.	Sujeitos do delito	72
4.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	72
4.4.1.	Roubo simples próprio	73
4.4.2.	Roubo simples impróprio.....	74
4.5.	Consumação e tentativa	75
4.6.	Concurso de crimes em face de pluralidade de vítimas	78
4.7.	Inexistência de roubo de uso.....	80
4.8.	Roubo privilegiado e princípio da insignificância.....	80
4.9.	Roubo majorado.....	81
4.9.1.	Concurso de agentes	82
4.9.2.	Vítima em serviço de transporte de valores.....	83
4.9.3.	Veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país	83
4.9.4.	Restrição da liberdade da vítima	83
4.9.5.	Roubo de substâncias explosivas	84
4.9.6.	Emprego de arma branca.....	84
4.9.7.	Emprego de arma de fogo	85
4.9.8.	Emprego de explosivo	87
4.10.	Roubo qualificado.....	87

4.10.1.	Roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	88
4.10.2.	Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave	91
4.10.3.	Roubo qualificado pelo resultado morte (latrocínio)	91
4.11.	Pena e ação penal	95
5.	EXTORSÃO (ART. 158)	99
5.1.	Considerações iniciais	99
5.2.	Objetividade jurídica	100
5.3.	Sujeitos do delito	100
5.4.	Tipicidade objetiva.....	100
5.4.1.	Distinção entre roubo e extorsão	101
5.4.2.	Natureza da extorsão	102
5.5.	Tipicidade subjetiva.....	103
5.6.	Consumação e tentativa	103
5.7.	Extorsão majorada	104
5.8.	Extorsão qualificada pelo resultado	105
5.9.	Extorsão qualificada pela restrição da liberdade (" <i>sequestro relâmpago</i> ")	105
5.10.	Pena e ação penal	107
6.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO (ART. 159)	109
6.1.	Considerações iniciais	109
6.2.	Objetividade jurídica	110
6.3.	Sujeitos do delito	110
6.4.	Tipicidade objetiva.....	110
6.4.1.	Natureza da extorsão mediante sequestro	111
6.4.2.	A espécie de vantagem no tipo do art. 159	112
6.4.3.	Extorsão mediante sequestro em face dos crimes de tortura e de associação criminosa.....	114
6.5.	Tipicidade subjetiva.....	115
6.6.	Consumação e tentativa	116
6.7.	Qualificadoras	116
6.8.	Causa de diminuição de pena: delação premiada	117
6.9.	A questão da tortura na investigação criminal	118
6.10.	Sanções aplicadas e a necessária reflexão sobre proporcionalidade do sistema de penas.....	119
6.11.	Pena e ação penal	119
7.	EXTORSÃO INDIRETA (ART. 160)	121
7.1.	Considerações iniciais	121

7.2.	Objetividade jurídica	121
7.3.	Sujeitos do delito	122
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	122
7.5.	Consumação e tentativa	123
7.6.	Pena e ação penal.....	123
8.	CRIMES DE USURPAÇÃO (ARTS. 161 E 162)	125
8.1.	Considerações iniciais	125
8.2.	Alteração de limites	126
8.2.1.	Objetividade jurídica	127
8.2.2.	Sujeitos do delito	127
8.2.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	127
8.2.4.	Consumação e tentativa	128
8.2.5.	Pena e ação penal.....	128
8.3.	Usurpação de águas.....	128
8.3.1.	Objetividade jurídica	129
8.3.2.	Sujeitos do delito	129
8.3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	129
8.3.4.	Consumação e tentativa	130
8.3.5.	Pena e ação penal.....	130
8.4.	Esbulho possessório	130
8.4.1.	Objetividade jurídica	130
8.4.2.	Sujeitos do delito	130
8.4.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	130
8.4.4.	Consumação e tentativa	132
8.4.5.	Pena e ação penal.....	132
8.5.	Supressão ou alteração de marca em animais	133
8.5.1.	Objetividade jurídica	133
8.5.2.	Sujeitos do delito	133
8.5.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	133
8.5.4.	Consumação e tentativa	134
8.5.5.	Pena e ação penal.....	134
9.	CRIMES DE DANO (ARTS. 163 A 167)	139
9.1.	Considerações iniciais	140
9.2.	Dano.....	140
9.2.1.	Dano simples.....	140
9.2.1.1.	Objetividade jurídica.....	141
9.2.1.2.	Sujeitos do delito.....	141

9.2.1.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	141
9.2.1.4.	Consumação e tentativa.....	142
9.2.2.	Dano qualificado	143
9.2.2.1.	Emprego de violência ou grave ameaça	143
9.2.2.2.	Emprego de substância inflamável ou explosiva	143
9.2.2.3.	Dano ao patrimônio público.....	143
9.2.2.4.	Motivo egoístico ou prejuízo considerável para a vítima.....	145
9.2.3.	Pena e ação penal.....	145
9.3.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	145
9.3.1.	Objetividade jurídica	145
9.3.2.	Sujeitos do delito	146
9.3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	146
9.3.4.	Consumação e tentativa	147
9.3.5.	Pena e ação penal.....	147
9.4.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	147
9.5.	Alteração de local especialmente protegido	148
10.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ART. 168)	151
10.1.	Considerações iniciais	151
10.2.	Objetividade jurídica	152
10.3.	Sujeitos do delito	152
10.4.	Tipicidade objetiva.....	152
10.5.	Tipicidade subjetiva.....	153
10.6.	Consumação e tentativa	154
10.7.	Causas de aumento de pena.....	154
10.8.	Figuras especiais.....	156
10.9.	Pena e ação penal.....	156
11.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A)	159
11.1.	Considerações gerais.....	159
11.2.	Objetividade jurídica	160
11.3.	Sujeitos do delito	161
11.4.	Tipicidade objetiva.....	161
11.5.	Tipicidade subjetiva.....	163
11.6.	Consumação e tentativa	163
11.7.	Causa de extinção da punibilidade.....	164
11.8.	Perdão judicial ou aplicação isolada de multa	166
11.9.	Pena e ação penal.....	166

11.10.	Casos de insignificância e situação de dificuldades financeiras	167
12.	OUTROS DELITOS DE APROPRIAÇÃO (ART. 169)	171
12.1.	Considerações iniciais	171
12.2.	Objetividade jurídica	172
12.3.	Sujeitos do delito	172
12.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	172
12.4.1.	Apropriação de coisa havida por erro, <i>caso fortuito</i> ou força da natureza	172
12.4.2.	Apropriação de tesouro	174
12.4.3.	Apropriação de coisa achada	175
12.5.	Consumação e tentativa	176
12.6.	Pena e ação penal	176
13.	ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES (ART. 171)	179
13.1.	Considerações iniciais	180
13.2.	Objetividade jurídica	183
13.3.	Sujeitos do delito	183
13.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	184
13.4.1.	Torpeza bilateral	185
13.4.2.	Fraude civil versus fraude penal	186
13.4.3.	Estelionato judiciário e estelionato sentimental	186
13.5.	Consumação e tentativa	187
13.6.	Estelionato e crimes de falso	188
13.7.	Forma privilegiada	188
13.8.	Figuras equiparadas	188
13.8.1.	Disposição de coisa alheia como própria	190
13.8.2.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	190
13.8.3.	Defraudação de penhor	191
13.8.4.	Fraude na entrega de coisa	191
13.8.5.	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro ...	192
13.8.6.	Fraude no pagamento por meio de cheque	192
13.9.	Qualificadora (fraude eletrônica) e causa de aumento a ela relativa	194
13.10.	Causas de aumento de pena	195
13.10.1.	Crime cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência	195
13.10.2.	Estelionato contra idoso ou vulnerável	197
13.10.3.	Diferenças entre estelionato contra vulnerável e abuso de incapazes	197



Acesse a versão completa e colorida do Visual Law

13.11.	Ressarcimento à vítima e suas consequências	198
13.12.	Pena e ação penal	199
13.13.	Regramento quanto à ação penal instituído pela Lei Anticrime	200
14.	FRAUDE COM A UTILIZAÇÃO DE ATIVOS VIRTUAIS, VALORES MOBILIÁRIOS OU ATIVOS FINANCEIROS	207
14.1.	Considerações iniciais	207
14.2.	Objetividade jurídica	208
14.3.	Sujeitos do delito	209
14.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	209
14.5.	Consumação e tentativa	212
14.6.	Pena e ação penal	212
15.	DUPLICATA SIMULADA (ART. 172)	215
15.1.	Considerações iniciais	215
15.2.	Objetividade jurídica	216
15.3.	Sujeitos do delito	216
15.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	217
15.5.	Consumação e tentativa	217
15.6.	Figura equiparada	218
15.7.	Pena e ação penal	219
16.	ABUSO DE INCAPAZES (ART. 173)	221
16.1.	Considerações iniciais	221
16.2.	Objetividade jurídica	221
16.3.	Sujeitos do delito	221
16.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	222
16.5.	Consumação e tentativa	224
16.6.	Pena e ação penal	224
17.	INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO (ART. 174)	225
17.1.	Considerações iniciais	225
17.2.	Objetividade jurídica	225
17.3.	Sujeitos do delito	225
17.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	226
17.5.	Consumação e tentativa	227
17.6.	Pena e ação penal	227
18.	FRAUDE NO COMÉRCIO (ART. 175)	229
18.1.	Considerações iniciais	229

18.2.	Objetividade jurídica	230
18.3.	Sujeitos do delito	230
18.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	230
18.5.	Figura qualificada	232
18.6.	Consumação e tentativa	233
18.7.	Figura privilegiada	233
18.8.	Pena e ação penal.....	233
19.	OUTRAS FRAUDES (ART. 176)	235
19.1.	Considerações iniciais	235
19.2.	Objetividade jurídica	235
19.3.	Sujeitos do delito	236
19.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	236
19.5.	Consumação e tentativa	238
19.6.	Perdão judicial	238
19.7.	Pena e ação penal.....	238
20.	FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES (ART. 177)	241
20.1.	Considerações iniciais	242
20.2.	Objetividade jurídica	242
20.3.	Sujeitos do delito	242
20.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	243
20.5.	Figuras equiparadas.....	246
20.5.1.	Fraude sobre as condições econômicas da sociedade	246
20.5.2.	Falsa cotação de ações ou títulos da sociedade	247
20.5.3.	Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres da sociedade....	248
20.5.4.	Compra e venda indevida de ações emitidas pela sociedade ...	248
20.5.5.	Penhor ou caução indevidos de ações da sociedade	249
20.5.6.	Distribuição de lucros ou dividendos indevidos	249
20.5.7.	Conluio para aprovação de conta ou parecer	250
20.5.8.	Condutas delitivas do liquidante	251
20.5.9.	Crimes do representante de sociedade anônima estrangeira	251
20.6.	Figura privilegiada	251
20.7.	Consumação e tentativa	253
20.8.	Pena e ação penal.....	254
21.	EMIÇÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPÓSITO OU “WARRANT” (ART. 178)	257
21.1.	Considerações iniciais	257

21.2.	Objetividade jurídica	257
21.3.	Sujeitos do delito	258
21.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	258
21.5.	Consumação e tentativa	260
21.6.	Pena e ação penal.....	260
22.	FRAUDE À EXECUÇÃO (ART. 179)	261
22.1.	Considerações iniciais	261
22.2.	Objetividade jurídica	261
22.3.	Sujeitos do delito	261
22.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	262
22.5.	Consumação e tentativa	263
22.6.	Pena e ação penal.....	263
23.	RECEPTAÇÃO (ARTS. 180 E 180-A)	265
23.1.	Considerações iniciais	266
23.2.	Histórico da receptação: o desafio da autonomia	267
23.3.	Objetividade jurídica	268
23.4.	Sujeitos do delito	270
23.5.	Tipicidade objetiva.....	270
23.6.	Tipicidade subjetiva.....	274
23.7.	Consumação e tentativa	275
23.8.	Receptação qualificada.....	275
23.8.1.	Receptação qualificada pelo exercício da atividade comercial ou industrial	275
23.8.2.	Receptação qualificada pela natureza do objeto material	276
23.9.	Receptação privilegiada	277
23.10.	Receptação culposa.....	278
23.11.	Receptação e lavagem de dinheiro	278
23.12.	Receptação e princípio da insignificância.....	279
23.13.	Receptação e ressarcimento à vítima.....	281
23.14.	Pena e ação penal.....	282
23.15.	Receptação de animal.....	282
24.	DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES PATRIMONIAIS (ARTS. 181 A 183-A)	287
24.1.	Considerações iniciais	287
24.2.	Imunidades absolutas.....	288
24.3.	Imunidades relativas	290
24.4.	Hipóteses de não aplicação das imunidades	291

24.5.	Imunidades e Lei Maria da Penha	292
24.6.	Causa de aumento de pena: crime cometido contra instituição financeira e prestador de serviço de segurança privada	293

PARTE II

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

25.	VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184)	299
25.1.	Considerações iniciais	299
25.2.	Objetividade jurídica	302
25.3.	Sujeitos do delito	302
25.4.	Tipicidade objetiva.....	303
25.5.	Tipicidade subjetiva.....	307
25.6.	Consumação e tentativa	307
25.7.	Pena e ação penal.....	308

PARTE III

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO



Acesse a
versão
completa e
colorida do
Visual Law

26.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO (ART. 197)	313
26.1.	Considerações iniciais	313
26.2.	Objetividade jurídica	314
26.3.	Sujeitos do delito	314
26.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	314
26.5.	Consumação e tentativa	316
26.6.	Pena e ação penal.....	317
27.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA (ART. 198)	319
27.1.	Considerações iniciais	319
27.2.	Objetividade jurídica	319
27.3.	Sujeitos do delito	320
27.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	320
27.5.	Consumação e tentativa	321
27.6.	Pena e ação penal.....	322
28.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (ART. 199)	323

28.1.	Considerações iniciais	323
28.2.	Objetividade jurídica	324
28.3.	Sujeitos do delito	324
28.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	324
28.5.	Consumação e tentativa	326
28.6.	Pena e ação penal.....	326
29.	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM (ART. 200)	329
29.1.	Considerações iniciais	329
29.2.	Objetividade jurídica	329
29.3.	Sujeitos do delito	330
29.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	330
29.5.	Consumação e tentativa	332
29.6.	Pena e ação penal.....	332
30.	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO (ART. 201)	335
30.1.	Considerações iniciais	335
30.2.	Objetividade jurídica	336
30.3.	Sujeitos do delito	336
30.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	336
30.5.	Consumação e tentativa	337
30.6.	Pena e ação penal.....	337
31.	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM (ART. 202)	339
31.1.	Considerações iniciais	339
31.2.	Objetividade jurídica	339
31.3.	Sujeitos do delito	340
31.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	340
31.5.	Consumação e tentativa	341
31.6.	Pena e ação penal.....	341
32.	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA (ART. 203)	343
32.1.	Considerações iniciais	343
32.2.	Objetividade jurídica	344
32.3.	Sujeitos do delito	344
32.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	344
32.5.	Consumação e tentativa	345

32.6.	Figuras equiparadas.....	346
32.7.	Causas de aumento de pena.....	346
32.8.	Pena e ação penal.....	347
33.	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 204)	349
33.1.	Considerações iniciais	349
33.2.	Objetividade jurídica	350
33.3.	Sujeitos do delito	350
33.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	350
33.5.	Consumação e tentativa	351
33.6.	Pena e ação penal.....	351
34.	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA (ART. 205)	353
34.1.	Considerações iniciais	353
34.2.	Objetividade jurídica	353
34.3.	Sujeitos do delito	354
34.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	354
34.5.	Consumação e tentativa	355
34.6.	Pena e ação penal.....	355
35.	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO (ART. 206)	357
35.1.	Considerações iniciais	357
35.2.	Objetividade jurídica	357
35.3.	Sujeitos do delito	358
35.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	358
35.5.	Consumação e tentativa	359
35.6.	Pena e ação penal.....	359
36.	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL (ART. 207)	361
36.1.	Considerações iniciais	361
36.2.	Objetividade jurídica	362
36.3.	Sujeitos do delito	362
36.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	362
36.5.	Consumação e tentativa	363
36.6.	Figuras equiparadas.....	363
36.7.	Causas de aumento de pena.....	364
36.8.	Pena e ação penal.....	364

PARTE IV

CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS



Acesse a
versão
completa e
colorida do
Visual Law

37.	ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO (ART. 208)	369
37.1.	Considerações iniciais	369
37.2.	Objetividade jurídica	371
37.3.	Sujeitos do delito	371
37.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	372
37.4.1.	Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa	372
37.4.2.	Impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso....	372
37.4.3.	Vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso	373
37.5.	Consumação e tentativa	374
37.6.	Causa de aumento de pena	374
37.7.	Pena e ação penal	374
38.	IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA (ART. 209)	377
38.1.	Considerações iniciais	377
38.2.	Objetividade jurídica	377
38.3.	Sujeitos do delito	378
38.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	378
38.5.	Consumação e tentativa	378
38.6.	Causa de aumento de pena	379
38.7.	Pena e ação penal	379
39.	VIOLAÇÃO DE SEPULTURA (ART. 210)	381
39.1.	Considerações iniciais	381
39.2.	Objetividade jurídica	381
39.3.	Sujeitos do delito	381
39.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	382
39.5.	Consumação e tentativa	383
39.6.	Pena e ação penal	383
40.	DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER (ART. 211)	385
40.1.	Considerações iniciais	385
40.2.	Objetividade jurídica	385
40.3.	Sujeitos do delito	385

40.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	385
40.5.	Consumação e tentativa	387
40.6.	Pena e ação penal.....	387
41.	VILIPÊNDIO A CADÁVER (ART. 212)	389
41.1.	Considerações iniciais	389
41.2.	Objetividade jurídica	389
41.3.	Sujeitos do delito	389
41.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva	389
41.5.	Consumação e tentativa	391
41.6.	Pena e ação penal.....	391

PARTE V

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

42.	INTRODUÇÃO AOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL....	395
42.1.	Considerações iniciais	395
42.2.	A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido	398
42.3.	O traçado da legislação brasileira sobre crimes sexuais.....	401
42.4.	O panorama atual da matéria.....	407
43.	ESTUPRO (ART. 213)	411
43.1.	Considerações iniciais	411
43.2.	Histórico do tratamento do delito de estupro	412
43.3.	Objetividade jurídica	414
43.4.	Sujeitos do delito	415
43.5.	Tipicidade objetiva e subjetiva	416
43.6.	Consumação e tentativa	419
43.7.	Figuras qualificadas	420
43.8.	Causas de aumento de pena	421
43.9.	Pena e ação penal.....	421
44.	VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE (ART. 215)	425
44.1.	Considerações iniciais	425
44.2.	Objetividade jurídica	426
44.3.	Sujeitos do delito	427
44.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	427
44.5.	Consumação e tentativa	430
44.6.	Forma qualificada.....	430
44.7.	Pena e ação penal.....	431



Acesse a
versão
completa e
colorida do
Visual Law

45. IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (ART. 215-A)	433
45.1. Considerações iniciais	433
45.2. Objetividade jurídica	436
45.3. Sujeitos do delito	436
45.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	436
45.5. Consumação e tentativa	438
45.6. Pena e ação penal	438
46. ASSÉDIO SEXUAL (ART. 216-A)	441
46.1. Considerações iniciais	441
46.2. Objetividade jurídica	442
46.3. Sujeitos do delito	442
46.4. Tipicidades objetiva e subjetiva	442
46.5. Consumação e tentativa	446
46.6. Causa de aumento de pena	446
46.7. Pena e ação penal	446
47. REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL (ART. 216-B)	449
47.1. Considerações iniciais	449
47.2. Objetividade jurídica	449
47.3. Sujeitos do delito	449
47.4. Tipicidades objetiva e subjetiva	450
47.5. Consumação e tentativa	452
47.6. Figura equiparada	452
47.7. Pena e ação penal	453
48. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A)	455
48.1. Considerações iniciais	455
48.2. Objetividade jurídica	457
48.3. Sujeitos do delito	458
48.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	459
48.5. Consumação e tentativa	461
48.6. Figura equiparada	462
48.7. Qualificadoras	463
48.8. Pena e ação penal	463
49. INDUÇÃO DE MENOR DE CATORZE ANOS A SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM (ART. 218)	467
49.1. Considerações iniciais	467
49.2. Objetividade jurídica	468

49.3.	Sujeitos do delito	468
49.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	469
49.5.	Consumação e tentativa	470
49.6.	Pena e ação penal.....	471
50.	SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE (ART. 218-A)	473
50.1.	Considerações iniciais	473
50.2.	Objetividade jurídica	473
50.3.	Sujeitos do delito	474
50.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	474
50.5.	Consumação e tentativa	475
50.6.	Pena e ação penal.....	475
51.	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL (ART. 218-B)	477
51.1.	Considerações iniciais	477
51.2.	Objetividade jurídica	478
51.3.	Sujeitos do delito	478
51.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	479
51.5.	Confronto com o tipo do art. 244-A do ECA	480
51.6.	Consumação e tentativa	481
51.7.	Figuras equiparadas.....	481
51.8.	Figura qualificada.....	483
51.9.	Pena e ação penal.....	483
52.	DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA (ART. 218-C).....	485
52.1.	Considerações iniciais	485
52.2.	Objetividade jurídica	486
52.3.	Sujeitos do delito	486
52.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	488
52.5.	Consumação e tentativa	490
52.6.	Causa de aumento de pena.....	490
52.7.	Causa de exclusão de ilicitude	490
52.8.	Pena e ação penal.....	490
53.	DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 225 E 226)	493
53.1.	Considerações iniciais	493

53.2.	Ação penal	494
53.3.	Causas de aumento de pena	495
53.3.1.	Concurso de agentes	495
53.3.2.	Qualidade do sujeito ativo	496
53.3.3.	Estupro coletivo	497
53.3.4.	Estupro corretivo	497
54.	MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM (ART. 227)	499
54.1.	Considerações iniciais	499
54.2.	Objetividade jurídica	501
54.3.	Sujeitos do delito	501
54.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	501
54.5.	Consumação e tentativa	502
54.6.	Figuras qualificadas	503
54.7.	Pena e ação penal	504
55.	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (ART. 228)	507
55.1.	Considerações iniciais	507
55.2.	Objetividade jurídica	508
55.3.	Sujeitos do delito	508
55.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	509
55.5.	Consumação e tentativa	511
55.6.	Figuras qualificadas	511
55.7.	Pena e ação penal	512
56.	CASA DE PROSTITUIÇÃO (ART. 229)	515
56.1.	Considerações iniciais	515
56.2.	Objetividade jurídica	518
56.3.	Sujeitos do delito	518
56.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	519
56.5.	Consumação e tentativa	520
56.6.	Pena e ação penal	520
57.	RUFIANISMO (ART. 230)	523
57.1.	Considerações iniciais	523
57.2.	Objetividade jurídica	524
57.3.	Sujeitos do delito	524
57.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	525

57.5.	Consumação e tentativa	527
57.6.	Figuras qualificadas	527
57.7.	Pena e ação penal.....	528
58.	PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL (ART. 232-A).....	531
58.1.	Considerações iniciais	531
58.2.	Objetividade jurídica	532
58.3.	Sujeitos do delito	532
58.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	532
58.5.	Consumação e tentativa	534
58.6.	Figura equiparada.....	534
58.7.	Causas de aumento de pena	534
58.8.	Pena e ação penal.....	535
59.	ATO OBSCENO (ART. 233)	537
59.1.	Considerações iniciais	537
59.2.	Objetividade jurídica	538
59.3.	Sujeitos do delito	538
59.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	539
59.5.	Consumação e tentativa	542
59.6.	Pena e ação penal.....	542
60.	ESCRITO OU OBJETO OBSCENO (ART. 234).....	543
60.1.	Considerações iniciais	543
60.2.	Objetividade jurídica	545
60.3.	Sujeitos do delito	545
60.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	545
60.5.	Consumação e tentativa	546
60.6.	Figuras equiparadas.....	547
60.7.	Pena e ação penal.....	547
61.	DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 234-A E 234-B)	549
61.1.	Considerações iniciais	549
61.2.	Causas de aumento de pena	550
61.3.	Segredo de justiça	552
61.4.	Publicidade de dados, monitoração eletrônica e Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.....	553
BIBLIOGRAFIA		557